



# clipping de notícias

# sindPREVS

FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

**23 DE MAIO DE 2012**

## "Governo induz povo a se endividar", diz ex-diretor do BC

As medidas de incentivo ao crédito não vão estimular a [economia](#) e podem ser prejudiciais à saúde financeira da população. A avaliação é do economista Carlos Eduardo Freitas, ex-diretor do Banco Central (BC) e professor licenciado da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele está preocupado com o endividamento da população em um momento de ritmo lento do crescimento econômico, que o governo quer reverter com seu pacote de estímulos.

Entre as medidas anunciadas ontem (21) pelo governo, estão a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de [veículos](#) e o desconto no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em qualquer tipo de operação de crédito à pessoa física.

"O governo está induzindo o povo a se endividar, o que pode ser prejudicial para a saúde [financeira](#). Isso em um momento no qual a inadimplência cresce muito", disse Freitas, que foi diretor de Assuntos de Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, diretoria depois transformada em Liquidações e Desestatizações, do Banco Central, de agosto de 1999, na presidência de Armínio Fraga, até maio de 2003, com Henrique Meirelles.

Na apresentação do pacote, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que as medidas não provocarão o aumento da inadimplência nem da inflação. Segundo ele, a criação de empregos e a [redução de juros](#) farão com que o aumento do investimento seja acompanhado da expansão do consumo.

Ainda na avaliação do ministro, o aumento de renda dos trabalhadores e a entrada de novos empregados formais no mercado impedirá que os consumidores percam o controle e deixem de pagar as prestações. Para Freitas, no entanto, não há um diagnóstico claro da situação econômica do país, que enfrenta efeitos da crise internacional, e, com isso, o governo tenta reagir, com "atitudes pontuais". Segundo o economista, um dos motivos que levou o governo a adotar as medidas foi a expectativa de que a economia vá crescer pouco este ano.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na última sexta-feira, mostrou que a economia brasileira perdeu ritmo de crescimento. No primeiro trimestre deste ano, o índice cresceu 0,15% na comparação com o período de outubro a dezembro do ano passado. Essa expansão foi menor do que a verificada na passagem do terceiro para o quarto trimestre do ano passado, de quase 0,2%.

Na avaliação de Freitas, a economia brasileira foi desenhada, a partir da Constituição de 1988, para que haja distribuição de renda, mas sem apresentar grandes taxas de crescimento. Freitas acrescentou que, na década passada, a economia brasileira foi "muito ajudada" pelo desenvolvimento econômico mundial, o que estimulou as exportações do país.

Apesar da crise econômica externa, a expectativa do economista é que, em dois ou três anos, o cenário mundial melhore, o que deve ajudar o Brasil. Para ele, os Estados Unidos, "que desempenham papel importante na demanda mundial", estão gradualmente saindo da crise, e a Europa, apesar da situação mais complicada, deve encontrar uma solução "organizada" para os problemas de endividamento dos países. "Com isso, a China deverá voltar a funcionar", acrescentou. (FONTE: AGÊNCIA BRASIL)

## Chico Bento pede para Dilma vetar o Código Florestal

Cartunista Maurício de Souza publicou quadrinhos em sua conta no Twitter pedindo para a presidente vetar a íntegra do texto

O criador da Turma da Mônica resolveu se posicionar sobre o Código Florestal. Nesta terça-feira (22), o cartunista Maurício de Souza publicou, em sua conta no Twitter, quadrinhos de personagens pedindo para a presidente Dilma Rousseff vetar a íntegra do Código Florestal, já aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado.

"Veta tudim, dona dirma", diz Chico Bento na primeira imagem publicada, que tem a legenda "recado do brasileiro chico bento". Depois, vários personagens pedem para a presidente vetar o texto. A mensagem diz "Licença, dona Dirma! A gente num intendi muito das coisas da lei mais intendi das nossa necessidade! I nós percisa das mata, dos rio, dos peixe... I tá todo mundo achando qui isso vai sê mexido pra pior! A

sinhora podi ajudá pra isso num acontecê? Nossa gente vai agardecê por toda vida! Eu juro!”. (FONTE: GAZETA DO POVO)

## **STF deve parar por mais de seis semanas para julgar o mensalão**

Proposta do relator Joaquim Barbosa sugere que processo vá a plenário em três dias da semana.

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deve parar por mais de seis semanas para se dedicar exclusivamente ao processo do mensalão. O cronograma do julgamento começou a ser costurado na sessão administrativa desta terça-feira, segundo proposta do relator Joaquim Barbosa.

Embora a data do julgamento não esteja definida, Barbosa sugeriu que o processo vá a plenário em três dias da semana, segundas, quartas e quintas-feira, durante a tarde. Essa solução levaria o plenário do Supremo a se dedicar integralmente ao mensalão por pelo menos seis semanas, já que os ministros se reúnem apenas nas tardes de quarta e quinta-feira.

A proposta de Barbosa não enfrentou resistência dos demais ministros. No entanto, o cronograma não é definitivo porque a reunião foi interrompida para que os integrantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se dirigissem à sessão desta noite. Uma nova sessão administrativa deve ocorrer na próxima semana para decidir os pontos que ficaram em aberto.

A proposta de Barbosa ganhou força entre os colegas pouco antes da sessão administrativa, quando o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, já tinha três cronogramas simulados, todos com início do julgamento previsto para 4 de junho. O presidente esclareceu que essa data é fictícia porque o processo só pode ser liberado para julgamento pelo revisor, ministro Ricardo Lewandowski.— O revisor tem que ser respeitado na sua autonomia de vontade — disse.

As iniciativas do presidente foram deixadas de lado porque os ministros entenderam que as limitações de saúde do relator deveriam ser levadas em conta — Barbosa tem um grave problema na coluna e não pode ficar sentado por muitas horas. Apesar de Barbosa ter escolhido apenas o período da tarde, Britto disse várias vezes que as sessões podem se estender durante a noite, caso necessário.

As terças-feiras foram poupadas porque esse é o dia em que os ministros se reúnem nas turmas e também porque há sessões no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que segundo observou a presidente Cármen Lúcia, não pode parar no período eleitoral. As sextas-feiras ficariam livres para os ministros se dedicarem individualmente a outros processos.

Nos cronogramas de Britto, a proposta mais restritiva previa julgamento de segunda a sexta-feira, com conclusão em três semanas. A proposta mais flexível era semelhante à de Barbosa, com a diferença que na primeira semana o julgamento teria cinco dias.

Os advogados de defesa também encaminharam proposta de cronograma com julgamentos em dois dias da semana. Apesar da dedicação exclusiva ao mensalão, o STF poderá interromper o julgamento para apreciar casos urgentes, como um habeas corpus (pedido de liberdade). (FONTE: AGÊNCIA BRASIL)

## **Deputados aprovam PEC do trabalho escravo**

Medida prevê a expropriação das áreas rurais e urbanas onde for constatado uso do trabalho em condições análogas à escravidão.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (22) a chamada PEC (Proposta de emenda à Constituição) do Trabalho Escravo. A medida prevê a expropriação das áreas rurais e urbanas onde for constatado uso do trabalho em condições análogas à escravidão. Essa regra já é implantada para as propriedades em que há o cultivo de plantas psicotrópicas.

De acordo com a proposta, caso seja constatado que o dono de uma propriedade rural ou urbana faz o uso do trabalho análogo ao escravo, ele perde a posse da terra sem ter direito a indenização por parte do governo.

A proposta, aprovada em primeiro turno em 2004 pelos deputados, ainda volta ao Senado por ter sofrido alterações na Câmara.

A votação da PEC do Trabalho Escravo só foi possível depois de um acordo dos líderes, em reunião na tarde de hoje. A proposta passou com 360 votos a favor, 29 contra e 25 abstenções. O texto precisava de 308 votos para ser aprovado.

A aprovação da PEC, que chegou a entrar na pauta de votações da Casa no início do mês, foi adiada na ocasião após ruralistas argumentarem que falta uma definição mais clara na legislação sobre o que é trabalho escravo e os procedimentos que deverão ser adotados caso uma propriedade venha a ser alvo de expropriação.

Durante a discussão, deputados afirmaram que o Congresso precisa agora aprovar uma lei que regulamente o assunto, definindo o que é condição análoga a trabalho escravo e os trâmites legais da expropriação. O presidente da Câmara, Marco Maia, disse que as duas Casas do Congresso vão formar um grupo de trabalho para redigir o projeto de lei de regulamentação.

A criação da comissão é fruto de um acordo fechado há duas semanas entre Maia e a presidente interina do Senado, Marta Suplicy, que garantiu a votação da PEC.

A PEC do Trabalho Escravo foi aprovada em primeiro turno pela Câmara em agosto de 2004, como uma resposta ao assassinato de três auditores do Trabalho e de um motorista do Ministério do Trabalho, em Unai (MG), em 28 de janeiro daquele ano.

Os quatro foram mortos depois de fazerem uma fiscalização de rotina em fazendas da região, onde haviam aplicado multas trabalhistas. O processo criminal ainda corre na Justiça, e nove pessoas foram indicadas pelos homicídios, incluindo fazendeiros.

O crime, que ficou conhecido como a chacina da Unai, também motivou o Congresso a aprovar um projeto que transformou a data de 28 de janeiro em "Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo". A proposta foi sancionada e virou a Lei 12.064/09. (FONTE: GAZETA DO POVO)

## **Supremo decide divulgar nomes e salários de ministros e servidores**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (22/5) que irá divulgar, nominalmente, salários e vantagens recebidos pelos ministros e os servidores da Corte. Unânime, a decisão foi tomada em reunião administrativa para atender à Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor na última quarta-feira (16/5). Os ministros decidiram abrir todas as informações sobre a folha de pagamento do Tribunal para manter a coerência com uma decisão tomada pela Corte em um julgamento ocorrido em 2009. Na época, eles decidiram divulgar o salário e os nomes dos servidores municipais de São Paulo, mantendo sigilo apenas em relação ao endereço.

A decisão sobre São Paulo é provisória e pode ser revista a qualquer momento, mas, enquanto isso, os ministros optaram por manter a mesma solução para a Suprema Corte. Eles também consideraram que a divulgação terá "coerência política" com o modelo adotado no Executivo, que decidiu divulgar as folhas de pagamento de seus servidores sem cortes.

Quando o assunto foi trazido à reunião, os ministros Ricardo Lewandowski e Celso de Mello se mostraram apreensivos com a divulgação integral dos dados, pois, segundo eles, isso poderia colocar a segurança dos servidores em risco. Eles chegaram a propor que os vencimentos publicados fossem associados apenas às matrículas, com a possibilidade de obter os nomes a partir de requisição dirigida à secretaria do STF.

Ambos, no entanto, aderiram à maioria quando o placar a favor da liberação total de dados se formou. (FONTE: AGÊNCIA BRASIL)

## **Publicação de salários não fere privacidade dos servidores, diz ministro**

A publicação de salários não fere a vida privada de servidores públicos, segundo avaliação feita nesta sexta-feira (18/5) pelo ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage. A divulgação dos salários está prevista na Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no último dia 16.

"O governo não considera que isso seja matéria de privacidade. É dinheiro público. Quem paga o salário é o cidadão com os impostos", disse Hage. O ministro acrescentou que servidores com outro entendimento podem questionar na Justiça a divulgação dos salários.

A expectativa do ministro é que, nas próximas semanas, o Ministério do Planejamento publique uma portaria com as regras para a divulgação dos salários de servidores públicos federais. As empresas públicas que atuam no mercado em regime de concorrência seguirão normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

De acordo com o ministro, entre o dia 16 até as 18 horas de ontem (17), cerca de 1,6 mil cidadãos pediram informações aos órgãos públicos federais. A Lei de Acesso à Informação foi sancionada no fim do ano passado e tem o objetivo de garantir aos cidadãos brasileiros acesso aos dados oficiais do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O decreto que regulamenta a lei foi assinado no dia 16 pela presidente Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade.

Hage participou hoje da abertura da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial). Desse evento, que termina no próximo domingo (20), serão escolhidas 80 propostas da sociedade civil a serem apresentadas ao governo para aumentar a transparência e o controle social do Estado. (FONTE: AGÊNCIA BRASIL)

## **Silêncio do contraventor Carlinhos Cachoeira deixa CPI na estaca zero**

Bicheiro cumpre a promessa e foge de todas as perguntas formuladas por deputados e senadores.

Presidente e relator da comissão sinalizam a aprovação de medidas, como a votação da convocação de governadores, para tentar evitar o esvaziamento da investigação.

Quase um mês de funcionamento e a CPI mista do Cachoeira não consegue sair do canto. Só avança mesmo no quesito briga partidária. O esperado silêncio do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, durante depoimento ontem (22/5) na comissão, é o símbolo maior de que tudo permanece na

estaca zero e ainda abre um precedente. Outros convocados devem seguir o mesmo caminho e ficar com a boca fechada. Irônico, o contraventor alegou que a CPI forçou o seu depoimento, no entanto, disse que poderia contribuir muito no futuro, após audiência na Justiça de Goiás, marcada para 31 de maio. Com um riso discreto, fez piada ao ser questionado logo no início da sessão: “Essa é uma boa pergunta para ser respondida depois”. Não teve acordo. Bastante abatido, visivelmente mais magro e com cabelos brancos à mostra, ficou calado mesmo diante de provocações e da oferta de um depoimento secreto ou de uma delação premiada feita, de maneira repetida, por vários integrantes da CPI. No fim do depoimento, alguns parlamentares, frustrados, falaram que é preciso fazer um esforço gigante para evitar o sepultamento da comissão.(FONTE: JOÃO VALADARES – CORREIO WEB)

## **Mapa da Violência 2012 revela que 91 mil mulheres foram assassinadas de 1980 a 2010**

Como complemento do [Mapa da Violência 2012](#), o Instituto Sangari divulgou há poucos dias um caderno especial sobre homicídios de mulheres no Brasil. Devido à relevância e gravidade do assunto, o Instituto preparou um material específico para alertar e informar a [sociedade](#) brasileira e o poder público sobre esta problemática.

O Caderno Complementar ‘Homicídios Femininos no Brasil’ fez um histórico dos assassinatos de mulheres ocorridos de 1980 até 2010 e constatou que foram assassinadas no Brasil quase 91 mil mulheres, 43,5 mil só nos últimos dez anos. De 1980 a 2010 o número de assassinatos passou de 1.353 para 4.297, aumento de 217,6% na quantidade de vítimas fatais.

Os crimes apresentaram um crescimento maior até o ano de 1996. A [partir](#) deste ano, as taxas foram se estabilizando em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres. O relatório destaca ainda que em 2007, ano em que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, os assassinatos apresentaram uma leve queda, mas rapidamente as cifras anteriores foram retomadas.

Em 2010 foram 4.297 casos, o que representa uma média de 4,4 assassinatos por 100 mil mulheres. Com essa cifra, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil se insere na 7ª posição em uma lista com 84 países. Nos primeiros lugares estão El Salvador, com taxa de 10,3 homicídios para cada 100 mil mulheres, Trinidad e Tobago (7,9), Guatemala (7,9), Rússia (7,1), Colômbia (6,2) e Belize (4,6).

O Estado que puxa o Brasil para a 7ª posição é, em primeiro lugar, o Espírito Santo, já que apresenta mais que o dobro da média brasileira com taxa de 9,4 homicídios em cada 100 mil mulheres. A região é seguida por Alagoas (taxa de 8,3 em cada 100 mil mulheres), Paraná (6,3), Paraíba e Mato Grosso do Sul (ambos com taxa de 6,0).

Na outra ponta Piauí, com taxa de homicídios de mulheres de 2,6, é o Estado com o menor índice de assassinatos. Junto a esta região vem São Paulo (taxa de 3,1), Rio de Janeiro (taxa de 3,2), Maranhão (taxa de 3,4) e Santa Catarina (3,6).

Com relação aos instrumentos usados para praticar os crimes, o relatório destaca que metade dos assassinatos de mulheres é cometida com armas de fogo. Outros instrumentos utilizados para o homicídio são objetos que exigem contato [direto](#), como objetos cortantes ou penetrantes, objetos contundentes, além de sufocação ou estrangulamento. O Caderno Complementar também destaca 40% dos crimes contra as mulheres são cometidos em sua própria residência ou habitação.

O Instituto Sangari apurou ainda que até os 14 anos de idade das vítimas, os pais são os principais responsáveis pelos incidentes violentos. Até os quatro anos, são as mães. A partir dos dez anos predomina a figura paterna.

"Esse papel paterno vai sendo substituído progressivamente pelo cônjuge e/ou namorado (ou os respectivos ex), que preponderam sensivelmente a partir dos 20 anos da mulher até os 59 anos. A partir dos 60 anos, são os filhos que assumem o lugar [preponderante](#) nessa violência contra a mulher", revela o Caderno especial.

As mulheres se transformam em verdadeiras vítimas a partir dos 15 anos e permanecem até os 29, com maior registro de violência e assassinatos no intervalo entre 20 e 29 anos, que é o que mais cresceu nos últimos dez anos. O relatório do Instituto Sangari destaca que a partir dos 30 anos, a tendência é de queda. Os dados divulgados no Caderno Complementar do Mapa da Violência 2012 são uma tentativa de ajudar, com informações, o poder público e demais autoridades responsáveis a elaborarem estratégias mais efetivas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Para isso, o Instituto Sangari garante que vai continuar a elaborar o estudo sobre esta problemática para que o material possa servir de subsídio aos que trabalham em favor da causa. (FONTE: NATASHA PITTS - ADITAL NOTÍCIAS)

## **Juíza cancela pensões de R\$ 43 mil de “filha solteira” de desembargador**

iG revelou ação popular contra Márcia Couto, que se casou no religioso e tem dois filhos, mas diz ser solteira para manter benefício. São 32 mil casos no Rio, ao custo de R\$ 447 mi ao ano.

A juíza Alessandra Tufvesson, da 15ª Vara de Fazenda Pública do Rio, cancelou nesta terça-feira (22) as duas pensões de Márcia Maria Machado Brandão Couto, filha de desembargador morto em 1982, que somavam R\$ 43 mil mensais. A decisão foi dada em ação popular de Thatiana Travassos e do RioPrevidência, representado pela Procuradoria Geral do Estado, que questionavam o direito de Márcia receber os benefícios. Cabe recurso.

[Leia também: Justiça do Rio garante pensão de R\\$ 43 mil para filha de desembargador](#)

O iG revelou na véspera da decisão que a dentista Márcia Couto, 52 anos, recebia pensão de R\$ 24 mil do RioPrevidência e outra do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, de R\$ 19.200, alegando ser “filha solteira”, apesar de ter se casado no religioso em 1990 e de ter sido excluída do cadastro do RioPrevidência, ao completar 25 anos – razões que a impediriam de voltar a ganhar. A ação popular e a PGE chamaram o expediente de “fraude à lei”.

[Leia também: Pensionista dá versões distintas sobre casamento em ações diferentes](#)

No Estado do Rio, as 32.112 “filhas solteiras” representam mais de um terço (34%) do total de 93.395 pensionistas, ao custo de R\$ 34,4 milhões mensais, ou R\$ 447 milhões por ano – e R\$ 2,235 bilhões em cinco anos. As autoridades desconfiam que muitas delas, como Márcia, formam família mas evitam se casar oficialmente, com o único objetivo de não perder a pensão.

[Leia mais: Saiba como denunciar ao RioPrevidência suspeitas de fraude em pensão](#)

Magistrada não condena Márcia a devolver dinheiro recebido

Na sentença, a juíza conclui que “o casamento religioso celebrado deve ser considerado fato idôneo para terminar o direito de recebimento de benefício previdenciário pela ré”. Segundo ela, “um casamento que termina em separação também é um casamento”, diz. “Determino a cessação do pagamento dos benefícios previdenciários à ré, Sr. Márcia Maria, com efeitos imediatos”, afirma.

[Leia ainda: Ministério Público vai investigar pensões de “filhas solteiras” no Rio](#)

Alessandra Tufvesson, porém, não condenou Márcia a devolver os montantes recebidos nos últimos cinco anos, conforme pedido da ação popular e da PGE, por afirmar que são de “natureza alimentícia”. Mas determina que ela pague as custas e honorários, no valor de R\$ 1 mil a cada réu.

Márcia se casou em 1990 com João Batista Vasconcelos, em cerimônia religiosa na Paróquia Nossa Senhora do Brasil, na Urca, e o casal teve dois filhos, o segundo deles em setembro de 1993. Na ação, porém, Márcia alega que nunca teve relação estável nem casamento civil com João Batista e só se casou no religioso por exigência da mãe, “por não ter certeza da seriedade do relacionamento”. Afirma que nunca o chamou de “marido” e que se separaram em definitivo em 1993, pouco após o nascimento do filho mais velho do casal.

Ré se declarava casada para empresas de cartão de crédito e em ação popular

Para a juíza, “foram apresentados diversos elementos de prova comprobatórios da celebração do casamento religioso entre a ré e o Sr. João Batista”. Segundo a sentença, “a convivência do casal pode não ter sido longa, mas está comprovada tanto em depoimentos de testemunhas como no relato da própria ré” e, de acordo com a juíza, “a ré declarava-se casada para as empresas administradoras de cartão de crédito Diners Club e Credicard”.

De acordo com a juíza, a duração da união é controvertida, e a própria Márcia “apresenta três versões para a duração do relacionamento”: de que teria terminado logo após engravidar do segundo filho; a segunda, de que teria terminado o relacionamento quando o segundo filho completou dois meses; e (iii) a terceira, de que o relacionamento com o Sr. João Batista não durou nove anos de forma estável, mas até 1996, como afirmado na contestação apresentada pela ré em ação de regulamentação de visita iniciada pelo Sr. João Batista”.

[E a magistrada lembra que Márcia, ao contrário de sua tese na ação popular, alega em ação de alimentos por pensão de João Batista ter sido casada com ele.](#) “A ré declarou-se casada com o Sr. João Batista, tanto que a convivência marital foi referida, pela própria, no corpo de sua petição inicial de ação de alimentos, ocasião em que também defendia as possibilidades financeiras, ao contrário do que fizera ao longo deste processo todo”, aponta.

Para juíza, casamento, e não idade, impede o recebimento das pensões

Diferentemente do alegado pela ação popular e pelo RioPrevidência, Alessandra Tufvesson não considerou que o fato de ser maior de 25 anos não teria sido impeditivo para o recebimento da pensão – mas o casamento ocorrido, sim.

“Considerada apenas a lei vigente ao tempo do falecimento do ex-servidor, a ré poderia manter o direito ao recebimento do benefício previdenciário, não fosse a constatação da ocorrência daquele casamento, que, à vista da intenção desta norma, tem por consequência obrigatória a cessação do pagamento do benefício”, afirma, na sentença.

O iG não conseguiu contato com o advogado de Márcia Couto.(FONTE: RAFHAEL GOMIDE – IG)

## Idoso morre depois de não conseguir atendimento médico em unidade 24h de Curitiba

De acordo com o filho do paciente, Jonathan Silva, funcionários da unidade informaram que não havia médicos para atender o idoso. Prefeitura diz que sete profissionais atendiam no local.

Um idoso morreu depois de não conseguir atendimento médico no Centro Municipal de Urgências Médicas (CMUM) do Cajuru (unidade 24 horas), em Curitiba, na manhã de segunda-feira (21). Sebastião da Silva estava com fortes dores no peito e foi levado para o CMUM do Cajuru. De acordo com Jonathan Silva, filho do paciente, funcionários da unidade informaram que não havia médicos para atender o idoso, por volta das 6h50 de segunda-feira. A denúncia foi apresentada pelo telejornal Paraná TV 1ª. edição, da RPC TV, nesta terça-feira (22).

O rapaz foi orientado, então, a levar o pai para o Hospital Cajuru. O idoso foi atendido, mas teve uma parada cardíaca e morreu em uma maca do hospital.

Em nota divulgada na tarde desta segunda-feira (21), Matheos Chomatas, superintendente de Gestão da Prefeitura de Curitiba, informou que abrirá sindicância para apurar o ocorrido. Segundo ele, nesta segunda-feira, sete médicos atendiam no CMUM Cajuru. Além disso, a unidade dispunha de uma Kombi para o transporte de pacientes e uma ambulância do Samu.

"Não há registro de atendimento do paciente em questão na segunda-feira (21), tanto no procedimento de classificação de risco quanto em consulta eletiva", diz trecho da nota. Segundo informação da prefeitura, ao chegar aos centros de urgências os pacientes passam pela triagem e são classificados conforme a gravidade do problema.

Chomatas informa ainda que não há qualquer recomendação para encaminhamento direto do paciente a hospitais. "O paciente citado na matéria, se fosse necessário, teria de ser levado a outro hospital que faz a retaguarda dos centros de urgências e não ao Hospital Cajuru, para onde somente são encaminhados casos de traumatologia", diz outro trecho da nota.

### Outra morte

A falta de atendimento médico adequado também causou a [morte do músico](#) e produtor Emerson Antoniacomi, 40 anos, na última quarta-feira (17). Ele passou pelo menos 35 horas esperando no Centro Municipal de Urgências Médicas (CMUM) do Boa Vista por um leito de UTI. O quadro era de acidente vascular cerebral e havia a necessidade de uma cirurgia de emergência. O músico morreu no Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul, com diagnóstico de morte cerebral.

Pediatras suspendem atendimento por 1h30 no CMUM do Cajuru

Pediatras do CMUM do Cajuru deixaram de atender por aproximadamente 1h30 na tarde de segunda-feira, de acordo com Chomatas. O motivo da paralisação – segundo o assessor especial de gestão do gabinete do prefeito de Curitiba - foi que os médicos sentiram-se ameaçados pelas pessoas que aguardavam atendimento e deixaram o local. De acordo com Paraná TV, houve um desentendimento entre pacientes e os médicos da unidade na segunda-feira. (FONTE: GAZETA DO POVO)